

**Território Educativo sob a ótica do brincar:
análise do sistema de espaços livres públicos na Ilha do Governador,
Rio de Janeiro**

ALAIN L. FLANDES

FLORA FERNANDEZ¹

MARCELO SBARRA

RESUMO

Este artigo analisa a partir da ótica do brincar das crianças a relação entre o sistema de espaços livres e os bairros de Cacuia, Ribeira, Zumbi, Pitangueiras e Praia da Bandeira e na Ilha do Governador no Rio de Janeiro. Dentro da bibliografia consultada sobre a cidade e a criança, aproxima-se aos pressupostos teóricos de autonomia, liberdade e controle, acessibilidade, abertura e diversidade. Valendo-se da análise de tipo morfológica da paisagem e do sistema de espaços livres urbanos, o trabalho contribui para as pesquisas recentes sobre o entendimento e o significado do Território Educativo como lugar social qualificado estabelecendo conexões intra e extramuros com a cidade e seus moradores. Os resultados obtidos permitem identificar a falta do aproveitamento do potencial que os espaços livres públicos poderiam oferecer para o desenvolvimento da criança.

Palavra-chave: sistema de espaços livres; território educativo; playground; criança; cidade.

ABSTRACT

This article analyzes, from the perspective of children playing, the existing relationship between the open spaces system and the neighborhoods of Cacuia, Ribeira, Zumbi, Pitangueiras e Praia da Bandeira in Ilha do Governador, Rio de Janeiro. From the consulted bibliography about the city and its connections with childhood, the approach is based on theoretical assumptions of autonomy, freedom and control, accessibility, openness and diversity. Using the analysis of morphological landscape type and of urban open spaces system, this work contributes to recent research about the understanding and the meaning of the Educational Territory as a qualified social place, establishing intra and extramural links with the city and its residents. The results allow to identify the lack of potential use of those public spaces and what they could offer for the development of children.

Key words: urban open spaces system; educational territory; playground; childhood; city.

¹ Mestranda colaboradora do Mestrado Profissional em Arquitetura Paisagística do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (ProUrb) da FAU/UFRJ.

1. INTRODUÇÃO

“La ciudad que piden los niños no es una ciudad para ellos solos, con la que no sabrían qué hacer, sino una ciudad para todos, para estar mejor todos juntos” (TONUCCI 2009)

Como parte da pesquisa integrada que analisa a qualidade do lugar e da paisagem dos lugares pedagógicos para a educação integral no município do Rio de Janeiro², apresenta-se este trabalho com o objetivo de analisar o sistema de espaços livres nos bairros da Ribeira, Pitangueiras, Praia da Bandeira, Zumbi e Cacua na Ilha do Governador no Rio de Janeiro e observar, a partir da ótica do brincar, as condições atuais do lugar para atender as necessidades das crianças.

As cidades evoluíram seguindo uma lógica de distribuição de solo onde os espaços públicos foram submetidos à lógica pragmática de circulação com vistas aos carros particulares como principal meio de transporte. Com esta setorização, as cidades perderam a diversidade e acabaram tornando-se hostis e inseguras. Nessa realidade urbana o pedagogo Francesco Tonucci sinaliza a perda da possibilidade, por parte da criança, de sair de casa sozinho para ir ao encontro de experiências que iriam ajuda-lo na construção da sua identidade por meio da tomada de decisões. A falta de espaços adequados para brincar e dificuldades ambientais, reais e presumíveis, convenceram os pais da necessidade de transformar o tempo livre da criança em um tempo organizado e dedicado a diferentes atividades, dentro e fora de casa, rigorosamente programadas e habitualmente pagas.

No pós-guerra, a figura da criança assumiu um papel simbólico na sociedade representando a esperança e a perspectiva do futuro, começando uma mudança na abordagem das necessidades e direitos infantis. Diversos estudos surgiram visando atender a essa demanda da sociedade sobre espaços dedicados as criança resultando em novas tipologias de playgrounds³ (MARTINHO, 2014). No contexto brasileiro o debate tem ganhado força por meio do Programa Mais Educação, do Governo Federal, criado em 2007, o qual propõe uma educação que busca a formação do educando para a vida, onde a percepção de educação integral seria a formação do ser humano e não vinculada somente ao tempo escolar em jornada ampliada (AZEVEDO; TÂNGARI; GOULART, 2016, p.344). Porém, este trabalho indaga não apenas na função educadora dos espaços livres públicos que articulam o território educativo⁴ mas também nas possibilidades de aproveitamento desses espaços

² *Do espaço escolar ao território educativo: o lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade*, contemplada com apoio financeiro do CNPq (Ciências Humanas e Sociais 22/2014), integra a abordagem conceitual e metodológica dos grupos de pesquisa Ambiente-Educação (GAE), Qualidade do Lugar e da Paisagem (ProLUGAR) e Sistema de Espaços Livres no Rio de Janeiro (SEL-RJ), vinculados ao PROARQ-FAU/UFRJ.

³ Para fins deste trabalho playground será considerado o espaço público delimitado fisicamente ao ar livre para a recreação infantil contendo brinquedos e outros equipamentos sujeito ao controle do adulto.

⁴ Através de pesquisas em andamento no grupos de pesquisa Ambiente-Educação (GAE), Qualidade do Lugar e da Paisagem (ProLUGAR) e Sistema de Espaços Livres no Rio de Janeiro (SEL-RJ), vinculados ao PROARQ-FAU/UFRJ, o conceito *Território*

para brincar. Identificando como principal característica do brincar o fato de ser livre, de ser ele próprio liberdade. Uma segunda característica, intimamente ligada a primeira, é que o jogo não é vida ‘corrente’ nem vida ‘real’. Pelo contrário, trata-se de uma evasão da vida ‘real’ para uma esfera temporária de atividade com orientação própria (HUIZINGA, 2008, p.11).

2. CRIANÇA E O ESPAÇO LIVRE PÚBLICO : ACESSIBILIDADE, ABERTURA E DIVERSIDADE.

Tonucci (2009) destaca a importância da apropriação da cidade pela criança na transformação das dinâmicas urbanas. Sendo esses encontros espontâneos benéficos tanto para o desenvolvimento das crianças como para toda a sociedade. É por meio da experimentação e a ocupação dos espaços livres públicos que o indivíduo permite-se explorar valores diferentes aos da família e vai esculpindo a própria identidade.

No artigo “Onde acontece o aprendizado” (“*Where learning happen*”), Kevin Lynch e Stephen Carr evidenciam o papel do espaço público no desenvolvimento do indivíduo nos diferentes estágios da vida. O texto começa com a afirmativa “O melhor aprendizado acontece por meio da surpresa” (“*The best learning happens by surprise*”) (LYNCH, CARR, 1968) e destaca como o espaço público encontra-se sujeito ao indeterminado e possui uma enorme capacidade de nos surpreender, trazendo um grande potencial de aprendizado para os cidadãos.

Complementando esta ideia, em “*Ciudades a escala humana: la ciudad de los niños*”, Tonucci (2009) defende que a possibilidade de ocupação dos espaços livres públicos pelas crianças de forma autônoma mostra-se fundamental para o desenvolvimento delas. Pois estes espaços seriam o lugar no qual poderiam explorar, aventurar-se e arriscar-se junto com a possibilidade de praticar sua principal atividade: brincar.

Porém, o autor ressalta que a cidade contemporânea elegeu como “cidadão protótipo” aquele cidadão homem, adulto e trabalhador. Resultando numa adaptação das cidades a tais exigências, traindo as exigências e direitos de quem não é homem, não é adulto, não é trabalhador, não é motorista. Com a consequência da desaparecimento dos idosos, os descapacitados e as crianças. Essa cidade não permite que a criança possa vivenciar algumas experiências fundamentais para seu desenvolvimento como: a aventura, a busca, a descoberta, o risco, a superação do obstáculo e, portanto, a satisfação e emoção. Ela não pode brincar. Para estas experiências acontecerem este trabalho sugere considerar as seguintes condições fundamentais que desapareceram: o tempo livre e um espaço livre público que garanta a acessibilidade, a abertura e a diversidade.

Educativo encontra-se atualmente em formulação, contudo pode ser considerado como o lugar no qual acontecem dinâmicas de relações e contradições de apropriação dos espaços pelos diversos atores envolvidos para o desenvolvimento de atividades de educação integral por meio da integração dos espaços escolares com equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas públicas, praças, parques, museus (AZEVEDO; TÂNGARI; GOULART, 2016, p.345).

2.1 Espaço público acessível.

Lynch e Carr (1968) sugerem que o ambiente público ideal para o crescimento teria que ser: exposto, acessível e diverso, aberto físico e psicologicamente, sensível a iniciativa individual e ao controle. Seria um convite para a exploração e a recompensa procurando encorajar a manipulação, renovação e iniciativa própria em vários níveis. Teria surpresas e novas experiências, desafios a cognição e a ação. Não seria nem eficiente nem seguro. Não ofereceria o máximo de estabilidade e segurança. Não seria muito confortável, nem muito bonito, ao menos que olhe para a beleza no processo da interação ao invés da forma estática. (LYNCH,CARR; 1968).

Segundo esses autores, a condição primeira para o conhecimento acontecer é dar acesso, expor as informações. As cidades são cheias de informações e conhecimentos que precisam estar acessíveis e legíveis a todos os cidadãos (LYNCH,CARR; 1968). A importância da acessibilidade e mobilidade traz a característica de espaço coletivo para cidade, aonde as vias de circulação deixam de ser vistas apenas como serviço e ganham uma dimensão de um instrumento para criar novas redes e relações (WALL 1999). Nesse contexto, Tonucci (2009) indica a importância das crianças terem acesso às ruas e poderem andar de forma autônoma pela cidade como fator necessário para o desenvolvimento, pois possibilita a aventura, contato com pessoas desconhecidas e também é condição para que elas possam brincar. Assim, as ruas não podem ser vistas como apenas circulação, mas também parte da brincadeira. Uma forma comum das crianças andarem é brincando, tal tipo de caminhar obedece outro tempo, uma outra dinâmica, aonde o processo é mais importante que o destino final.

Além de dar exemplo no cumprimento das próprias atividades, para a criança é importante que os adultos estejam ocupando este espaço para zelar por elas. As crianças na rua trazem o olhar do adulto para a cidade, e se estabelece um controle social pela comunidade, o que torna estes lugares mais seguros (TONUCCI 2009). Contribuindo na qualidade das cidades, dado que a presença da criança favorece um comportamento mais cooperativo e cuidadoso dos adultos, pois a criança representa o “outro”, a todos os outros, todos aqueles que pensam e raciocinam de forma diferente a um adulto (TONUCCI, 2009)

Portanto dar acesso ao espaço público é fundamental para o desenvolvimento da criança possibilitando-lhe compreender a cidade, expor-se a situações diversas, estabelecer novas relações e brincar, podendo assim desenvolver suas capacidades motoras, sociais e cognitivas. Além de criar uma rede de percursos para acessar os diferentes lugares, dar acesso a criança significaria torna-los compreensíveis e legíveis de forma que possam se localizar na cidade. Em paralelo é importante garantir a segurança do ambiente urbano de forma coletiva por intermédio do cuidado dos cidadãos.

Nesse contexto a participação da população, inclusive das crianças, na tomada de decisão sobre as questões de uma comunidade no diálogo sobre as demandas locais, é uma forma de dar acesso. O ambiente urbano é uma construção coletiva, na qual toda a comunidade envolvida participa. Assim a importância da abertura no ambiente urbano surge de forma que seja sensível aos esforços individuais e de pequenos grupos uma vez que agir e ver os resultados desta ação torna-se o caminho mais efetivo de aprendizado (LYNCH, CARR;1968).

2.2 Espaço livre público aberto à apropriação.

O espaço livre público encontra-se em constante transformação, não é permanente nem estático e está constantemente sujeito à ação da comunidade. Esta mutabilidade é marcante no texto de Wall “Programando a superfície urbana” (“*Programming the urban surface*”, 1999). Para o autor, a superfície urbana é similar à dinâmica dos campos de agricultura, assumindo diferentes funções, geometrias e distribuição que mudam de acordo com as demandas. O Território Educativo com ajuda da arquitetura da paisagem deve assumir o desafio de pensar o espaço livre de forma que permita as transformações ao mesmo tempo que essas perdurem no tempo.

Da mesma forma, as demandas das crianças referentes ao brincar apresentam necessidades mutáveis, portanto o espaço livre deve procurar a abertura para as diversas ações implicadas na brincadeira. Lynch e Carr (1968) apresentam como referência os *Junk Playground*, que surgiram no pós guerra, valendo-se de terrenos baldios, aonde as crianças utilizam o entulho e ferramentas para construir o próprio espaço de brincar. Estes espaços são abertos às transformações propostas pelas crianças.

Essa necessidade passa a ser uma qualidade de abertura confirmada por Mayumi Souza Lima e Francesco Tonucci ao destacar a necessidade do espaço acompanhar o desenvolvimento das capacidades e instigar a criança á curiosidade:

Para jugar , los niños necesitan un espacio que crezca con sus capacidades sus autonomías y sus competencias. Un espacios que sepa acompañar su desarrollo, que sepa ofrecer experiencias nuevas, nuevos descubrimientos, nuevas riquezas (TONUCCI, 2009).

Os projetos para espaços e equipamentos destinados à criança precisam aprender o que é necessário para estimular a iniciativa e a curiosidade da criança sem querer adiantar-se aos próprios projetos de apropriação da criança (LIMA,1934).

2.3 Espaço livre público diverso.

O espaço livre público encontra-se inserido dentro de um novo paradigma social: o paradigma da complexidade⁵, em vista disso ele não deve ser um lugar estável de socialização⁶ uma

⁵ Mediante o paradigma da complexidade aproxima-se a uma nova forma de pensar a realidade. Se a ciência mecanicista aspirava ao conhecimento do universal, a ciência da complexidade aspira ao conhecimento da adversidade e ao particular.

vez que compete contra outros meios de socialização com tipos de referências e valores diferentes, às vezes antagônicos, aos próprios. É assim que o equilíbrio entre a liberdade da criança e o controle social sobre ela começa a ser questionado na busca de entender a nova dinâmica. Por um lado a liberdade individual é importante no desenvolvimento da tomada de decisão e da autonomia, e por outro o controle social é fundamental para que a liberdade de um não seja repetidamente invadida pela do outro.

A liberdade amadurece no confronto com outras liberdades, na defesa de seus direitos em face da autoridade dos pais, do professor, do Estado. (...) é preferível, para mim, reforçar o direito que tem a liberdade de decidir, mesmo correndo o risco de não acertar, a seguir a decisão dos pais. É decidindo que se aprende a decidir (FREIRE, 1996).

A medida que vamos nos tornando capazes de decidir vamos nos tornando autônomos. O jogo e a brincadeira aparecem como atividades a ser utilizados para consolidação da autonomia. O brincar é uma atividade livre e voluntária, onde os participantes interessam-se pelo prazer da ação, não existe um objetivo final para além da própria brincadeira. Em um limite de tempo e espaço os participantes mergulham no risco das tomadas de decisão e nos riscos do inesperado orientados por um conjunto de regras. O jogo e a brincadeira já estabelecem um controle a partir da definição das regras, e todos os participantes se encarregam de que o estabelecido seja respeitado. O jogo e da brincadeira possuem um certo valor ético a medida que se colocam à prova os participantes (HUIZINGA 2008).

Devido à qualidade do inesperado que o espaço de brincar solicita, ele não pode ser totalmente controlado nem ser um ambiente de máxima segurança. Ele pede liberdade para abrigar uma diversidade de atividades e tempos que facilitem o risco e a descoberta. De igual forma, ele precisa dialogar com os espaços dos demais cidadãos.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Baseando-se na metodologia desenvolvida pelo grupo Sistema de Espaços Livres no Rio de Janeiro (SEL-RJ) e aplicada na disciplina “Arquitetura da Paisagem” ministrada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (ProARQ) da FAU/UFRJ⁷, o trabalho realizou uma análise de tipo morfológica do sistema de espaços livres urbanos utilizando imagens aéreas e realizando visitas exploratórias. Houve uma aproximação ao estudo de caso em duas escalas: urbana e local. A seguir apresenta-se a estrutura metodológica.

1) Visita exploratórias e levantamento fotográfico.

⁶ Para fins deste trabalho, socialização será considerada como o processo utilizado pelo ser humano que aprende e interioriza, no percurso da sua vida, os elementos socioculturais do meio ambiente, os integra à estrutura da sua personalidade, de acordo com a influência de experiências e de agentes sociais significativos, e se adapta deste jeito ao entorno social em cujo seio deve viver.

⁷ Disciplina ministrada pela Prof. Dr. Vera Tângari e o Dr. Rogerio G. Cardeman.

2) Análise tipo-morfológica da paisagem e do sistema de espaços livres urbanos: escala urbana (Figura 47).

2.1 Mapeamento dos processos de constituição morfológica: escala urbana.

-suporte físico: relevo, hidrografia x cobertura vegetal.

-vetores de ocupação: atividades econômicas e fluxos.

-evolução da mancha urbana: padrões de ocupação e tipos construtivos.

2.2 Mapeamento das unidades de paisagem

-Critérios de constituição: aspectos geo-bio-físicos, históricos, urbanísticos.

3) Análise tipo-morfológica da paisagem e do sistema de espaços livres urbanos: escala local.

3.1- Mapeamento de padrões de ocupação e sua relação com a topografia (Figura 48).

- Estrutura (forma) e fluxos (função)

3.2 Mapeamento dos espaços públicos livres (Figura 49).

- Circulação, praia, praça, encosta, área de proteção ambiental.

3.2- Mapeamento temático (Figura 50).

- Escola, praças com playground, praça sem playground.

3.2 Mapeamento das tipologias de ruas (Figura 51).

4) Síntese e análise de dados.

Tais instrumentos foram selecionados com o objetivo de fornecer uma leitura dos elementos físicos e urbanos dentro do estudo de caso. Este análise morfológico permitiu observar a relação entre o sistema de espaços livres e o possível território educativo atuante, reafirmado o potencial pedagógico dos espaços livres de edificação. Em paralelo, facilitou a leitura da qualidade desses espaços livres, levantando varias questões sobre sua capacidade de atender as necessidades do público infantil.

4. ESTUDO DE CASO: ILHA DE GOVERNADOR, RIO DE JANEIRO

A análise foi elaborada na Ilha do Governador localizada na cidade do Rio de Janeiro. A ilha conta com uma área de 40,81 quilômetros quadrados, compreende catorze bairros da cidade do Rio de Janeiro – Bancários, Cacuia, Cocotá, Freguesia, Galeão, Jardim Carioca, Jardim Guanabara, Moneró, Pitangueiras, Portuguesa, Praia da Bandeira, Ribeira, Tauá e Zumbi – abrigando uma população total de aproximadamente 210 mil habitantes.⁸

Com a finalidade de dar seguimento aos trabalhos de investigação dentro do grupo de pesquisa GAE os quais focam-se na avaliação da qualidade do lugar de varias escolas municipais no

⁸ Censo 2014, Instituto Brasileiro de Geografia e Estadística (IBGE).

Rio de Janeiro, e buscando atingir os objetivos da pesquisa *“DO ESPAÇO ESCOLAR AO TERRITÓRIO EDUCATIVO: O lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade do Rio de Janeiro”*, foram selecionadas as áreas urbanas compreendidas pelos bairros da Cacuia, Ribeira, Zumbi, Pitangueiras e Praia da Bandeira.



Figura 1. Imagem aérea mostrando a Ilha do Governador no Rio de Janeiro, com a área de estudo em destaque.
Fonte: FERNANDEZ, 2016.

5. DESCRIÇÃO DA VISITA EXPLORATORIA

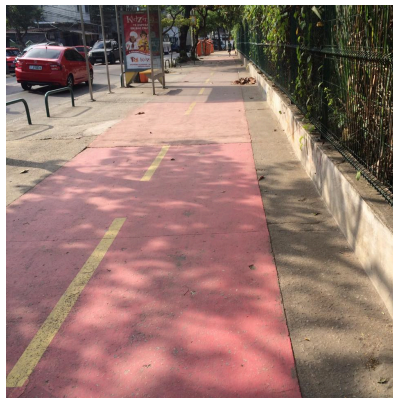
Conforme explicitado no item anterior, o trajeto escolhido para este estudo se inicia em frente a Escola Municipal Nelson Prudêncio, localizada na Estrada do Jequiá, bairro da Cacuia. (Figura 2)

A Escola está implantada dentro da área de preservação ambiental, ocupando uma área de cerca de 22.000 m², contando com quadras esportivas, piscina, pista de atletismo. Seu entorno imediato é constituído de habitações de baixa renda, localizadas no “pé-do-morro” (Figura 3) muitas das quais apresentando comércio informal oferecido pelos próprios moradores das residências (salão de cabeleireiros, oficinas mecânicas, pequenas lanchonetes), demonstrando carência de investimentos de comércio e serviços.

Podemos perceber que a ausência de espaços livres destinados ao lazer é evidente. Apenas uma ciclovia atravessa o lugar, aumentando a significação de “não-permanência”. A implantação da ciclovia parece bastante agressiva ao ambiente, uma vez em que determinados pontos o pedestre necessita circular pela mesma, pois a pequena calçada remanescente é ocupada por pontos de ônibus (Figura 4) ou mesmo pela vegetação de grande porte existente (Figura 5).



Figura 2. Escola Municipal Nelson Prudêncio e entorno imediato. Fonte: Google Maps, 2016.



Figuras 3, 4 e 5 - Implantação de ciclovia na área de pé-de morro. Fonte: SBARRA, 2016.

É importante perceber, também, que a grande área livre por natureza é completamente separada dos usuários por um gradil que permeia todo o perímetro da área de mangue.

A Escola Municipal Nelson Prudêncio, que ocupa parte importante desta área e possui quadras esportivas e grande área livre para os alunos, é também gradeada e seu acesso é restrito aos alunos e funcionários. Embora haja vestígios de preocupação com a acessibilidade a cadeirantes, pessoas com pouca ou nenhuma visão, mães com carrinho para crianças pequenas (Figura 6), tais pessoas precisariam caminhar ao longo da ciclovia, como visto anteriormente.



Figura 6 -Rampa para “acessibilidade”

Em seguida, no trajeto de estudo, a Praça Patrocina Pereira de Carva com cerca de 5.800 m², se apresenta como um grande espaço livre de edificações e, por isso, com grandes possibilidades de apropriação por parte dos usuários (Figura 7).



Figura 7: Praça Patrocina Pereira de Carva e entorno imediato. Fonte: Google Maps, 2016.

O trajeto até a praça passa por subidas íngremes, calçadas desniveladas e sem qualquer tipo de acessibilidade. As moradias mesclam diferentes classes sociais convivendo muito próximas: as moradias mais simples ao pé-do-morro até moradias de médio-alto padrão no cume, rodeando a praça (Mapa 1. De maneira geral, a falta de manutenção é visível em todo entorno da praça. O lixo é depositado diretamente na calçada, sem caçambas para recolhê-los, ficando expostos ao tempo e a ação de animais e roedores (Figura 8).



Figuras 8, 9 e 10 -Entorno da Praça Patrocina Pereira de Carva. Fonte: SBARRA, 2016.

As calçadas ao redor da praça não oferecem qualquer tipo de acessibilidade, ficando o pedestre muitas vezes obrigado a caminhar pela rua, uma vez que as calçadas das residências que a rodeiam também são estreitas e ocupadas por carros de moradores estacionados. A vegetação - de pequeno e grande porte - ocupa trechos inteiros da calçada, obrigando pedestres a caminhar pela rua (Figura 9,10,11,12).



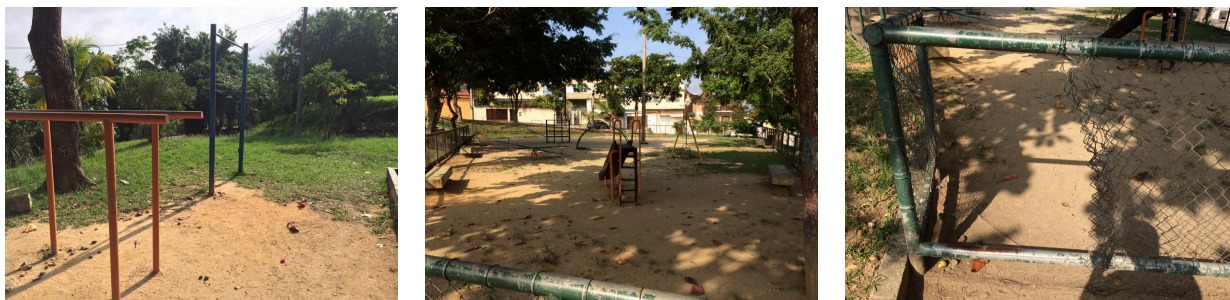
Figuras 11, 12 e 13 -Entorno da Praça Patrocina Pereira de Carva. Fonte: SBARRA, 2016.

É importante salientar que o projeto da praça parece ignorar totalmente as pré-existências. A vegetação de pequeno, médio e grande porte existente simplesmente passou a fazer parte da “praça” propriamente dita - o que não significa uma qualidade projetual, mas resulta em um espaço que parece ser totalmente inadequado à função a qual se destina. Neste caso, o simples transplante das espécies de menor porte já ofereceria um espaço com melhor usabilidade.

Considerando os conceitos de Augé (2005), poderíamos dizer que esta praça corresponde a um “não-lugar”, uma vez que carece das mínimas características do lugar antropológico (Augé, 2005, p. 55). Segundo ele, no “não-lugar” designamos duas realidades complementares, porém distintas: espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, **lazer**) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços (AUGÉ, 2005, p. 87, grifo nosso).

Além da relação direta com as residências do seu entorno, a praça mantém uma relação direta e ao mesmo tempo indireta com a Escola Municipal Candido Portinari. Direta, pois a escola está localizada em frente a praça. Indireta, pois a escola volta seus fundos, suas costas, para a praça, resultando em uma relação de negação ao espaço oferecido pela praça.

A praça, embora possua dimensões maiores que a maioria das praças de bairro do entorno, é hostil aos usuários: os pequenos espaços destinados à academia ao ar livre e o playground (Figuras 14 e 15) são confinados por gradis e não possuem comunicação entre si, embora os usuários tenham resolvido esta questão por meio de improviso - fazendo um buraco na tela (Figura 16).



Figuras 14, 15 e 16 - Praça Patrocina Pereira de Carva: “lazer adulto”, “lazer infantil” e ação dos usuários.
Fonte: SBARRA, 2016.

A falta de espaço na praça e a sua falta de usabilidade é contornada de maneira improvisada pelos usuários: o terreno baldio em frente é utilizado como quadra esportiva (Figura 17).



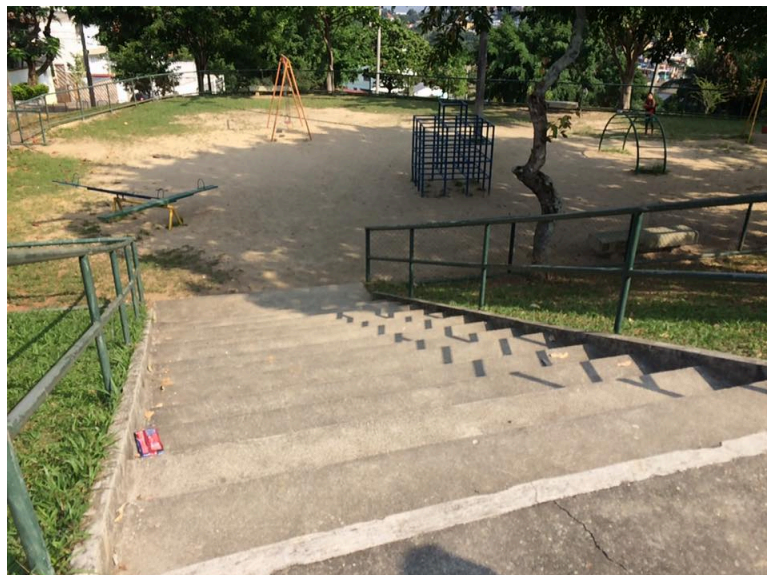
Figura 17 - Quadra de futebol improvisada no terreno baldio, em frente a praça e na lateral da Escola. Fonte: SBARRA, 2016.

Podemos perceber, ainda, que ao redor da praça, no lado que corresponde a Rua Pracinha José Varela, a praça deixa de ser um espaço público para se tornar quase um prolongamento dos quintais das casas que fazem frente a si. Tal observação se deve ao fato do gramado não ser convidativo aos usuários - os bancos existentes correspondem as posições das casas, não há uma diferenciação de piso e gramado (Figura 18 e 19).



Figuras 18 e 19- Quadra de futebol improvisada no terreno baldio, em frente a praça e na lateral da Escola.
Fonte: SBARRA, 2016.

A praça Patrocina Pereira de Carva seria, por sua vez, o que optamos por chamar de “não-praça”: um grande espaço livre que poderia ser apropriado pela população local, mas que é hostil e não apresenta condições mínimas de permanência e fruição. O espaço utilizável da praça (lazer adulto, infantil e idoso) corresponde a menos de 10% de sua área total (Figura 20 e 21)



Figuras 20 e 21 – Falta de acessibilidade ao playground. Fonte: SBARRA, 2016.

A escola, importante ator na relação com a praça, se fecha para o exterior através de seus muros. A relação de negação com a praça é evidente (Figura 22).



Figuras 22 e 23 - Muro de fechamento da escola e estado de precariedade da calçada - presença de roedores.
Fonte: Sbarra, 2016.

No trajeto para a próxima área selecionada para estudo, é possível registrar, em diversas ocasiões, a hostilidade do espaço livre de edificações: as calçadas, por exemplo, constituem

verdadeiras barreiras ao caminhar do pedestre e são completamente inacessíveis aos portadores de deficiência ou mesmo pessoas com mobilidade reduzida, idosos, mães com carrinho, etc (Figura 23).

Estas barreiras incluem, principalmente, vegetações agressivas (Figura 24), ausência de calçada, (Figura 25), calçadas com desníveis impossíveis de serem ultrapassados (Figura 26), carros estacionados em frente às residências (Figura 27), vegetação de grande porte em posições inadequadas (Figura 28) e má conservação do logradouro público (Figura 29).



Figuras 24, 25 e 26 - Exemplos de hostilidade ao pedestre. Fonte: SBARRA, 2016.



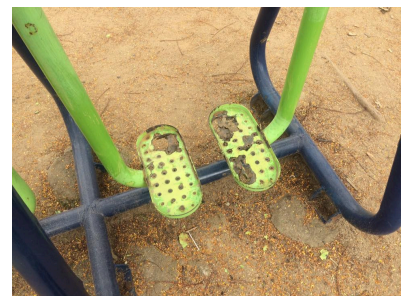
Figuras 27, 28 e 29 - Exemplos de hostilidade ao pedestre. Fonte: SBARRA, 2016.

O Parque Almirante Sousa de Melo constitui uma das grandes áreas livres da Ilha do Governador. Possui cerca de 10.000m² e está localizado na Praia do Zumbi, possuindo uma grande relação de proximidade com a orla (Figura 30).



Figura 30 - Parque Almirante Sousa de Melo. Fonte: Google Maps, 2016.

Assim como as demais praças, possui a tradicional separação entre a academia ao ar livre e o playground. A proximidade com a orla e a presença de maresia acarreta problemas sérios de deterioração dos equipamentos destinados a prática de exercícios físicos para a terceira idade (Figuras 31, 32 e 33).



Figuras 31, 32 e 33 - Equipamentos para exercício e estado de precariedade. Fonte: SBARRA, 2016.

Percebe-se, assim como nos exemplos anteriores, que o projeto das áreas livres acontece a partir de uma sobreposição de camadas (ROWE & KOETTER, 1978). O antigo traçado de vias, antigos calçamentos, são perceptíveis nas áreas propostas - não funcionam, neste caso, como resgate da memória histórica do local, mas como uma espécie de falta de cuidado na adequação dos espaços ao novo traçado urbano.

A quadra esportiva (Figura 34) parece estar presente no projeto como forma de ocupação do espaço e não como uma proposta coerente com o restante dos espaços propostos. Mais uma vez, não há conexão entre os diferentes usos propostos, resultando em uma colagem (ROWE & KOETTER, 1978) de resultado bastante empobrecido.



Figuras 34 - Quadra esportiva e playground. Fonte: FERNANDEZ, 2016.

Em frente ao Parque, há uma pequena Praça, com cerca de 100m², que possui uma pequena estátua em homenagem ao Leão da Ilha (Ipanema, 2013) (Figura 35 e 36), mas que devido a total ausência de placas informativas, tal referência histórica só é entendida por quem tem acesso as informações históricas relatadas por Ipanema (2013).



Figuras 35 - "Leão da Ilha". Fonte: SBARRA, 2016.

Esta praça parece ser mais um dos espaços residuais elevados a condição de praça: além da estátua, três mesas destinadas ao "lazer idoso", falta de um caminho a ser percorrido e grama por todo o espaço. É perceptível a intenção de preservação de uma memória do lugar, mas a produção do espaço parece totalmente equivocada, dada ao seu isolamento do restante do contexto urbano.



Figuras 36 - “Praça do leão”. Fonte: Google Maps,

Caminhando pela avenida Praia do Zumbi, em direção a Ribeira, o próximo ponto do trajeto é a Praça do Zumbi e o trecho de orla correspondente a Praia do Zumbi, propriamente dita. Estes espaços estão separados do Parque Almirante Sousa de Melo pelo Jequiá Iate Clube (Figura 37).



Figura 37 -Praça e Praia do Zumbi. Fonte: Google Maps, 2016.

É interessante perceber que esta profusão de espaços públicos pode estar diretamente relacionada ao fato da região ser de maior poder aquisitivo que as anteriores. A Praça do Zumbi está localizada em frente a Escola Municipal Cuba, que também funciona como Escola Estadual de mesmo nome, e possui cerca de 1.700m² (Figura 37).

Figura 38. Praça no Zumbi. Fonte: FERNANDEZ, 2016.



Figura 39 -Escola Municipal e Estadual Cuba. Fonte: Google Maps, 2016.

Percebemos, mais uma vez, a estreita relação entre a localização de Escolas e espaços livres,



que acontece na Ilha do Governador. Tais espaços livres parecem surgir da necessidade de associar áreas de lazer para os estudantes - uma vez que o espaço intra-muros é, em geral, bastante restrito (Figura 38 e 39). No entanto, mais uma vez, a qualidade do espaço gerado não condiz com um espaço que reúna características necessárias a sua boa fruição. A quadra poliesportiva, neste caso,

além de possuir dimensões reduzidas, não possui redes de proteção que viabilizem o uso com segurança.

O espaço de orla associado é bastante precário. São cerca de 6.800m², mas que se resumem a uma faixa de areia que separa o calçadão da Baía. As condições de balneabilidade são precárias, inviabilizando o uso da faixa de água (Figura 40).



Figuras 40 - “Trecho de orla, da Praia do Zumbi”. Fonte: SBARRA, 2016.

A faixa de areia, por sua vez, parece destinada a ser quadra esportiva - há um gradil protegendo os usuários do quiosque de serem atingidos por bolas e similares (Figura 41).



Figura 41 - Quiosque e o gradil de proteção - a paróquia da Sagrada Família (Ribeira) ao fundo.
Fonte: SBARRA, 2016.

Neste exemplo, novamente utilizando os princípios de Augé (2005), poderíamos dizer que temos um espaço designado como a “não-praia”: os princípios básicos de usabilidade - a balneabilidade ou mesmo a utilização da faixa de areia para atividades diversas - esportes, contemplação, etc. - são dificultadas ou mesmo impossibilitadas devido a poluição não só da água mas do próprio estado de conservação da faixa de areia.

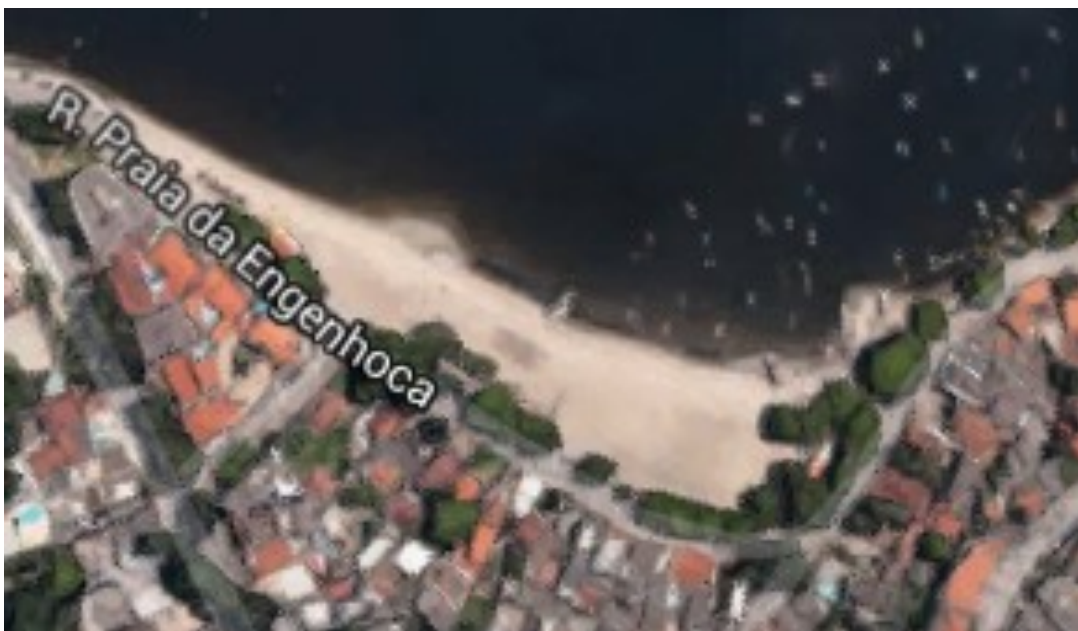


Figura 42 - Praia da Engenhoca. Fonte: Google Maps, 2016.

Ao final deste trajeto, na orla da Praia da Engenhoca (Figura 42), que corresponde a cerca de 7.000m², é possível identificar que o local possui grande influência das antigas vilas de pescadores - ainda existe comércio de peixes na própria calçada. Reformas em algumas casas dão indícios de um possível processo de gentrificação (Figuras 43 e 44).



Figuras 43 e 44 -Antigas habitações e novas construções. Fonte: SBARRA, 2016.

A faixa de areia, assim como acontece na Praia do Zumbi, possui indícios de ser utilizada como quadra esportiva - o banho e demais usos parecem impossibilitados pelos mesmos motivos.

Finalizando o percurso, a Praça Iaia Garcia (Figura 45), com cerca de 2.800m², localizada na Ribeira, de desenho simples, cumpre seu papel de praça de bairro, como símbolo do antigo local de encontro, com um elemento central bem marcado (Figura 46). Apesar de simples, possui as características do lugar antropológico (AUGÉ, 2005) e, com isso, garante sua condição de “lugar”.



Figura 45 -Praça Iaia Garcia. Fonte: Fonte: Google Maps, 2016.



Figura 46 -Praça Iaia Garcia. Fonte: SBARRA, 2016.

6. MAPEAMENTOS DO SISTEMA EXISTENTE DE ESPAÇOS LIVRES.

A seguir apresentam-se os diversos mapas e fotos realizados durante a análise.

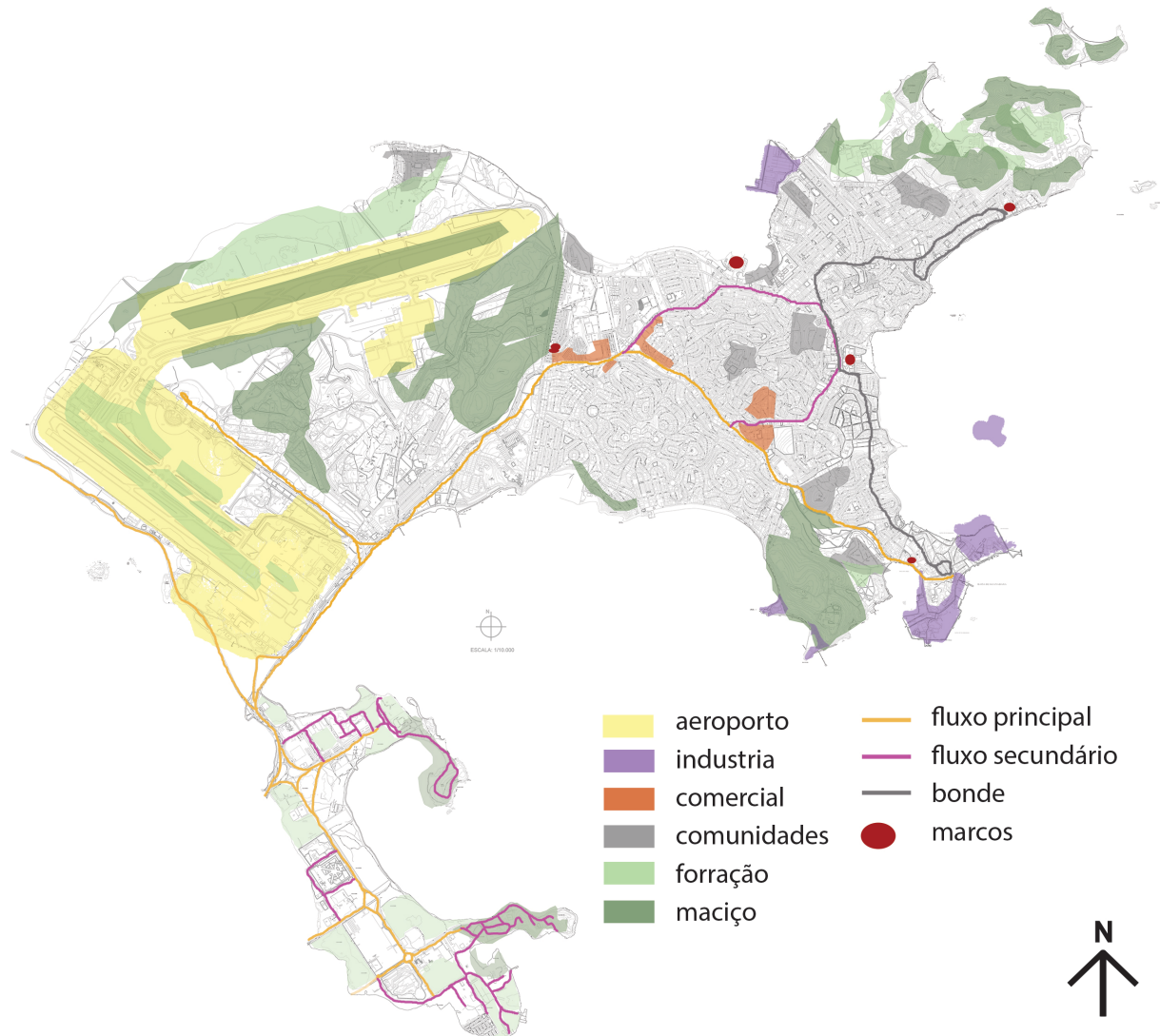


Figura 47 - Mapeamento dos processos de constituição morfológica: escala urbana. Fonte: grupo de trabalho da disciplina "Arquitetura da paisagem" ministrada no ProARQ/UFRJ. 2016

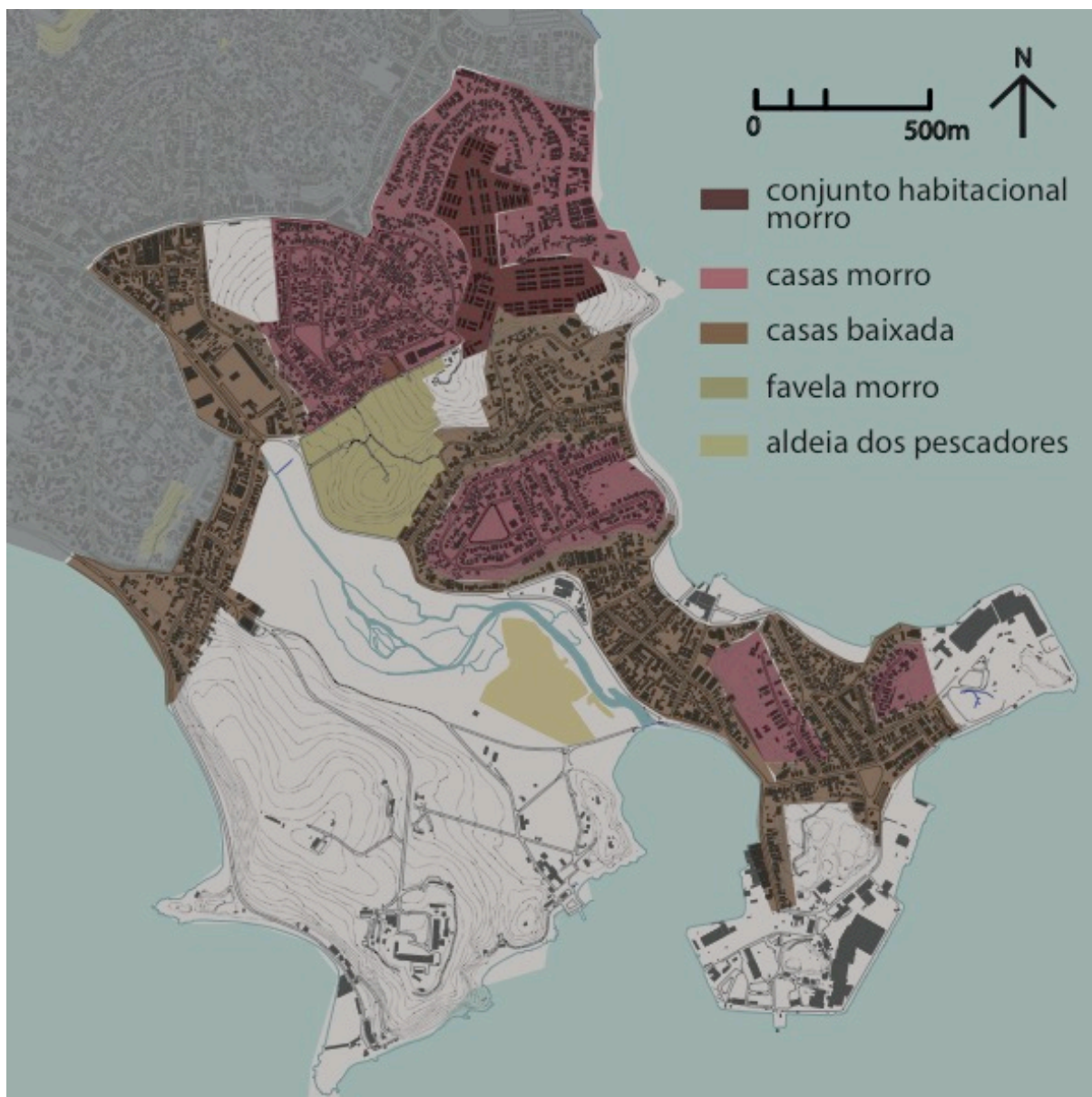


Figura 48 - Mapeamento de padrões de ocupação e sua relação com a topografia.

Fonte: FLANDES; FERNADEZ 2016.



Figura 49 - Mapeamento dos espaços públicos livres. Fonte: FLANDES; FERNADEZ 2016.

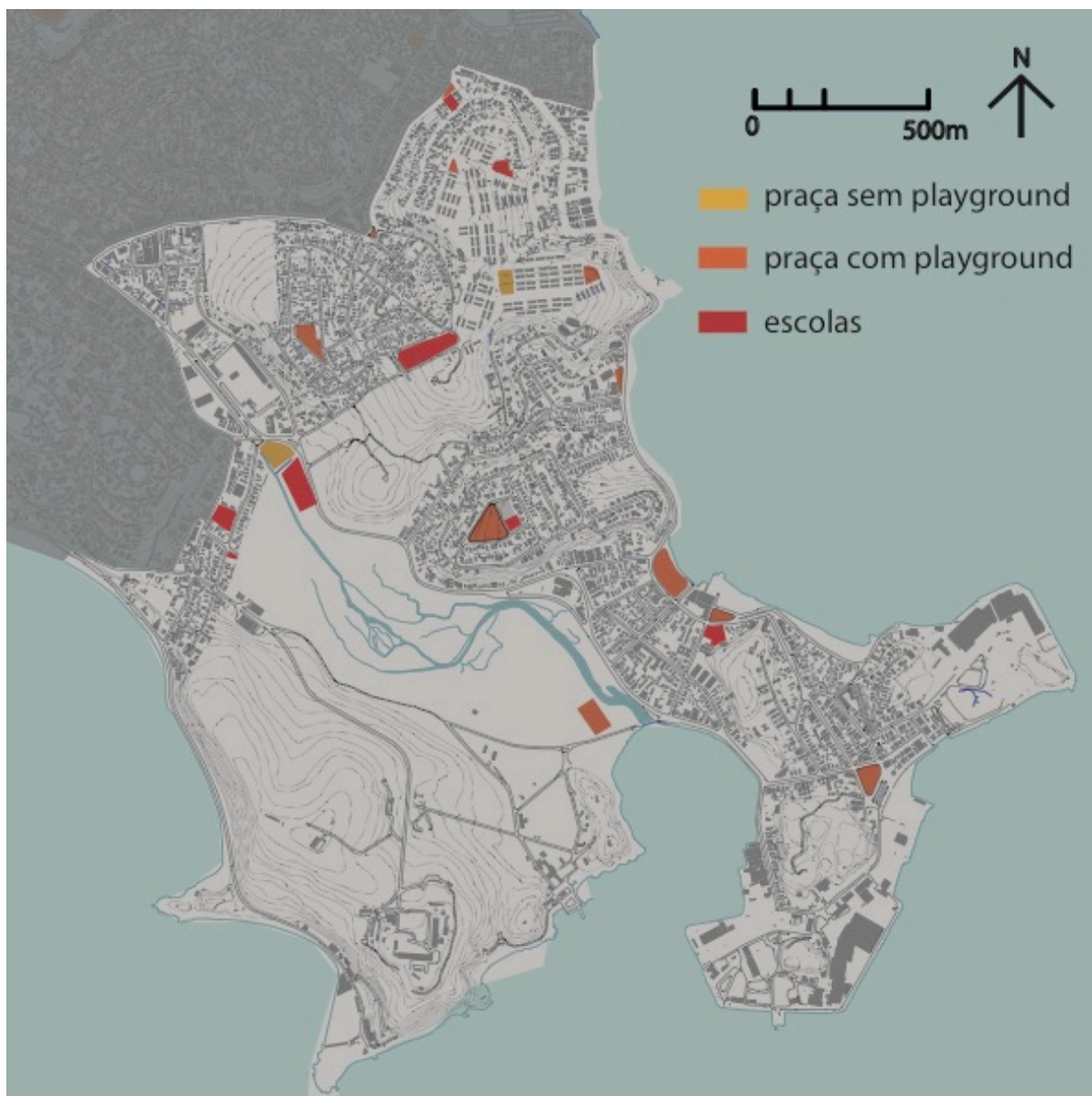


Figura 50 -Mapeamento temático playground. Fonte: FLANDES; FERNADEZ 2016.



Figura 51 - Mapeamento das tipologias de ruas Fonte: FLANDES; FERNADEZ 2016.

6. ANÁLISE DE RESULTADOS

A partir da análise dos dados obtidos nas visitas exploratórias e análise morfológica identificou-se que a área estudada apresenta uma série de problemáticas referentes aos atributos considerados importantes na plena utilização dos espaços livres públicos pelas crianças: acesso, abertura e diversidade.

6.1 Dificuldade de acesso, principalmente para o público infantil, aos pontos de interesse do Território Educativo. Impossibilitando a materialização do conceito.

Com relação a acessibilidade categorizou-se os fluxos de automóveis numa escala de bairro dado a configuração dos padrões de ocupação e o suporte físico da paisagem, limitado pela Baía de Guanabara e Rio Jequia. Tal escala de bairro propicia uma relação mais amigável com respeito a proporção da escala humana, contemplada por comércios de pequeno porte e quiosques em diversos pontos ao longo do percurso configurando-se como um espaço convidativo para que as pessoas tenham a possibilidade de apropriar-se dele.

Por outro lado, sendo a Ponte Rio-Galeão a única conexão viária entre a ilha e o continente, favorece a constante demanda de transporte automotivo individual a qual parece não ser absorvida pela infraestrutura viária dos bairros. Como consequência observa-se uma grande quantidade de carros utilizando as calçadas como estacionamento para evitar a obstrução do fluxo veicular. De tal forma, o espaço destinado ao pedestre vê-se reduzido limitando sua passagem e mantendo um status preferencial ao automóvel o que incrementa a sensação de insegurança nas crianças que circulam pelas ruas. Além de ser obstaculizadas pelos carros, as calçadas apresentam obstruções físicas constantes, como árvores e postes, dificultando o andar autônomo da criança.

6.2 Sistema homogêneo estandardizado e fragmentado.

Com relação a diversidade e a abertura, a área apresenta uma variedade de aspectos físicos da paisagens -morros, área de proteção ambiental, rio, baixada, praia e espaços livres públicos- que oferecem diversas possibilidades de relações a estabelecer-se com a comunidade e com a natureza do lugar, fortalecendo o desenvolvimento infantil e a atividade do brincar. Esta diversidade configura uma possibilidade de abertura desta rede à apropriações variadas.

Apesar deste contexto favorável, os espaços projetados para as crianças não aproveitam este potencial, eles são estandardizados com pequenas variações de disposição com a implantação dos mesmos equipamentos em todas as praças, desta forma, os desafios que estes espaços propiciam às crianças são muito limitados e dificultam a sua contextualização.

6.3 Segregação das atividades dentro da praça seja por gênero e faixa etária (criança, jovem, adulto, idoso).

Além da fragmentação apresentada entre as diversas partes que compõem o sistema de espaços livres, o estudo revelou uma segregação das atividades dentro das próprias praças públicas. Constatando-se que, uma divisão imposta pelos equipamentos e sua localização no espaço, fomenta a separação segundo o gênero e a faixa etária dos frequentadores. Distanciando-se da qualidade integradora que o espaço livre pode promover, resultando em praças nas quais potencializam-se as territorialidades (das crianças, dos jovens, dos adultos, dos idosos) e atenuam-se os laços intergeracional de coletividade.

6.4 Falta de manutenção e precariedade dos espaços livres públicos.

O uso dos espaços livres públicos vê-se prejudicado pela evidente falta de manutenção deles. Devido a uma deterioração causada pela maresia os equipamentos encontrados neles, de materiais pouco adequados para suportar as condições bioclimáticas do lugar, obstaculizam a livre utilização e geram um risco desnecessário para as pessoas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho contribuiu para compreender o sistema de espaços livres como elemento fundamental dentro do Território Educativo que mostra uma complexidade e diversidade de funções que pode valer-se do potencial paisagístico e cultural do contexto no qual se insere para contribuir no desenvolvimento da criança.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AUGÉ, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 5. ed. Tradução Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Papyrus, 2005. Originalmente publicado em 1992.

AZEVEDO, G.; TÂNGARI, V.; GOULART, A. B (2016) Do espaço escolar ao território educativo: um olhar ampliado sobre o lugar pedagógico da educação integral IN Rheingantz, P. A; Pedro, R. M; Szapiro, A.M (Orgs.). *Qualidade do lugar e cultura contemporânea: modos de ser e habitar as cidades*. Rio de Janeiro: Meridonal, pp. 344-368.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

HUIZINGA, Johan. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. Tradução João Paulo Monteiro. São Paulo: Perspectiva, 2008.

IPANEMA, Cybelle Moreira de. História da Ilha do Governador. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. Epub.

LIMA, Mayumi Sousa. A cidade e a criança. São Paulo: Nobel, 1989.

LYNCH, Kevin. Where Learning Happens IN T.Banerje e M. Southworth (Orgs.). *City Sense and City Design: Writings and Projects of Kevin Lynch*. Cambridge: MIT Press, pp. 418 - 429

ROWE, Colin; KOETTER, Fred. Collage City. Massachusetts: MIT Press, 1978.

TONUCCI, Francesco. Ciudades a la escala humana: la ciudad de los niños. Espanha: Revista Educación, número extraordinário, 2009.

WALL, A. (1999) “Programming Urban Surface” IN CORNER, J (Org.). *Recovering landscape: essays in contemporary landscape architecture*. New York: Princeton Architectural Press, pp. 233-249.